

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Construção da EMEF SÍTIO VELOSO, na Rua Mataíba, no
Município de Carapicuíba.**

1 – INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação e tem por finalidade apresentar os estudos necessários à definição da solução mais adequada para atendimento da necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal consiste em analisar detalhadamente a demanda identificada, bem como avaliar as alternativas disponíveis no mercado, de modo a subsidiar a contratação da solução tecnicamente mais adequada, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem a Administração Pública.

2 - OBJETO

Contratação de serviços de engenharia para a execução da Construção da EMEF SÍTIO VELOSO, localizada na Rua Mataíba, no município de Carapicuíba.

3 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A construção da unidade escolar no município de Carapicuíba justifica-se pela necessidade de ampliação da cobertura educacional da rede pública municipal, considerando a crescente demanda por vagas, especialmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

A capacidade instalada das unidades escolares existentes mostra-se insuficiente para absorver o volume atual de matrículas, evidenciando a necessidade de expansão da infraestrutura física educacional como medida indispensável ao atendimento da demanda reprimida.

Adicionalmente, a contratação está alinhada às diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME), instrumento que orienta as políticas públicas educacionais no âmbito local. A implantação da nova escola contribuirá para o cumprimento das metas de universalização do acesso à educação básica, melhoria

das condições de oferta e fortalecimento da rede pública de ensino, especialmente no que se refere à ampliação da rede física e à garantia da qualidade do atendimento escolar.

4 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Os projetos estabelecem as condições técnicas a serem observadas na execução das obras e serviços, definindo os parâmetros mínimos exigidos quanto a materiais, métodos construtivos, serviços e equipamentos.

O empreendimento contempla a construção de uma escola baseada em **projeto padrão do FNDE – Projeto Padrão Escola 5 Salas – Térrea**, desenvolvido no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR).

A edificação possui área construída de **1.083,09 m²**, área de ocupação de **2.935,25 m²**, implantada em um terreno com área total de **4.800,00 m² (60 m x 80 m)**.

A unidade escolar foi dimensionada para atender até **350 alunos em dois turnos (matutino e vespertino)** ou **175 alunos em período integral**, observando critérios pedagógicos, de conforto ambiental e de distanciamento adequados. As cinco salas de aula possuem dimensões padronizadas, com capacidade para até **35 alunos por sala**.

O partido arquitetônico adotado considera as necessidades de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, bem como as características ambientais, climáticas, geográficas e socioculturais do território, visando à criação de espaços inclusivos e funcionais, integrados às práticas pedagógicas e comunitárias.

5 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E PRAZO

O valor estimado para a contratação dos serviços é de **R\$ 14.985.953,27 (quatorze milhões e novecentos e oitenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos)**.

O prazo previsto para a execução e conclusão das obras é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

6 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de **licitação na modalidade Concorrência Pública**, do tipo **menor preço**, sob o regime de **empreitada por preço unitário**, em razão das características do objeto e da necessidade de maior controle sobre os quantitativos executados.

Os serviços deverão ser executados por empresa especializada, legalmente constituída, devidamente registrada nos conselhos profissionais competentes e em conformidade com a legislação vigente, bem como com os padrões técnicos, ambientais e de sustentabilidade estabelecidos no Projeto Básico e nos demais instrumentos da contratação.

A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta

7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a natureza do objeto, verifica-se a ampla disponibilidade, no mercado nacional, de empresas especializadas na execução de obras e serviços de engenharia sob o regime de empreitada por preço unitário, o que assegura competitividade ao certame.

A equipe técnica responsável pelo planejamento da contratação elaborará planilha orçamentária detalhada, acompanhada da respectiva memória de cálculo, contemplando todos os materiais e serviços necessários à execução do empreendimento, com base no Projeto Básico e nos projetos complementares.

A estimativa de custos será referenciada nas tabelas **SINAPI**, **FDE**, **SIURB**, **CDHU** e em **pesquisa de preços de mercado**, em conformidade com o Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, bem como com as orientações do Tribunal de Contas da União constantes na publicação *“Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias Públicas”*.

8 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais decorrentes da execução da obra são considerados **de baixo impacto**, desde que observadas as medidas de controle e mitigação previstas nos projetos e na legislação aplicável.

A empresa contratada será **integralmente responsável** pela adoção de todas as medidas necessárias à mitigação dos impactos ambientais, incluindo, mas não se limitando ao correto manejo e destinação de resíduos, proteção de áreas verdes, contenção de processos erosivos, atendimento às exigências dos órgãos ambientais competentes e obtenção das licenças eventualmente necessárias.

Tais responsabilidades decorrem do disposto no art. 25, §§ 5º e 6º, da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

9 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

O não parcelamento da contratação mostra-se mais vantajoso do ponto de vista técnico e operacional, uma vez que a execução integrada da obra permite maior controle da qualidade, do cronograma físico-financeiro e da responsabilidade técnica.

Em obras compostas por serviços interdependentes, eventuais atrasos em etapas específicas impactam diretamente as demais fases construtivas, podendo resultar em aumento de custos e comprometimento dos prazos de entrega. Assim, recomenda-se a contratação de uma única empresa executora, assegurando maior eficiência, coordenação e garantia dos resultados.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATADA SE/OU INTERDEPENDENTES

Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado.

11 – ALINHAMENTOS COM PLANEJAMENTO

Os serviços objeto dessa contratação serão financiados com recurso FNDE e Próprio com o Projeto Básico aprovado pela equipe técnica da Secretaria.

Para concretização das obras, foram alocados recursos orçamentários para os exercícios de execução.

12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

13 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, conclui-se pela **viabilidade técnica, econômica e administrativa** da contratação de empresa especializada para a execução da **Construção da EMEF SÍTIO VELOSO**, localizada na Rua Mataíba, no município de Carapicuíba.

O empreendimento atende às diretrizes legais e administrativas aplicáveis, nos termos do inciso XIII do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, contribuindo para a melhoria da gestão pública e da qualidade de vida da população local.

Olivia Silva Valadares
Engenheiro Civil